



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PROMOVER APRENDIZAGENS EFETIVAS E PERCURSOS DE SUCESSO EDUCATIVO, RECUPERAR DE DÉFICES AGRAVADOS PELA PANDEMIA

A recuperação das aprendizagens dos alunos perdidas durante a pandemia tem sido matéria de atualidade noticiosa, por vários motivos: i) a apresentação do programa de um grupo de investigadores da Faculdade de Economia da Universidade Nova (Nova SBE) visando a recuperação de aprendizagens para os alunos do Ensino Básico; ii) a divulgação de um inquérito do Instituto de Avaliação Educativa, que revela que a maioria dos alunos não adquiriu os conhecimentos elementares mínimos esperados a matemática, leitura e ciências durante o primeiro confinamento; iii) a nomeação pelo governo de um grupo de trabalho – uma "equipa multidisciplinar" com professores, psicólogos, diretores e consultores – que se espera venha a apresentar, durante o mês de abril, um conjunto de recomendações para combater os efeitos da pandemia na aprendizagem; iv) a audição parlamentar na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, com declarações de responsáveis do Ministério da Educação e de deputados/as de diversos grupos parlamentares sobre essas e outras propostas.

Sem prejuízo de uma posição mais detalhada sobre o assunto, a divulgar posteriormente, a **FENPROF entende apresentar desde já as seguintes posições:**

O défice de aprendizagens não surgiu com a pandemia. A pandemia tornou mais visíveis os problemas e agravou as desigualdades, mas não é possível recuperar apenas os défices que se acentuaram durante os períodos de ensino remoto, ignorando as dificuldades que lhes subjazem. Há muitas crianças e jovens em Portugal marcados por percursos de insucesso, mesmo durante a escolaridade obrigatória. Este é um problema que urge enfrentar e resolver, aproveitando o facto de, também devido à pandemia, ser hoje mais claro para a sociedade o papel insubstituível da escola no processo de formação dos alunos.

Para além do necessário aprofundamento da reflexão em torno de uma revisão curricular e dos programas, cujo desajuste se agrava também neste quadro, há muito que a FENPROF vem defendendo a criação de **condições orientadas para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos**, nomeadamente:

- turmas mais pequenas que permitam um ensino personalizado;
- mais professores nas escolas para trabalho de coadjuvação e para intervirem ao primeiro sinal de dificuldades, não permitindo que os défices se acumulem e consolidem;
- mais apoios pedagógicos para os alunos com necessidades educativas especiais, com professores especializados nesta área a acompanhar os alunos dentro das salas de aula;

- reforço de equipas multidisciplinares que permitam mediar conflitos e assegurar a ligação escola-família, prevenindo a indisciplina e a violência no espaço escolar;
- horários pedagogicamente adequados, que permitam aos professores canalizar o essencial do seu tempo e da sua energia para o trabalho com/para os alunos, sem constrangimentos burocráticos e administrativos, incluindo os decorrentes da avaliação sumativa e dos exames;
- colocação de professores, no âmbito da Mobilidade Interna, também em horários incompletos, permitindo que as escolas contem com mais recursos para apoio aos alunos.

A recuperação das aprendizagens tem de ser feita de forma estruturada e assentar no projeto educativo do agrupamento / escola e no trabalho de professores qualificados. Nesse sentido, **a FENPROF não acompanha algumas das propostas**, entretanto tornadas públicas:

- A possibilidade, avançada pelo referido grupo de investigadores, de que para a recuperação das aprendizagens tanto podem ser contratados professores desempregados como **licenciados sem habilitação para a docência**. Uma ‘solução’ que, como outras que já se vão disseminando no nosso sistema educativo, abriria o acesso à profissão a candidatos sem qualificações pedagógicas, contribuindo para a desprofissionalização dos professores, para a desvalorização desta exigente carreira profissional e para a degradação da qualidade educativa. Como mostram resultados da investigação em vários países, são os professores certificados os que produzem consistentemente maiores ganhos no aproveitamento dos alunos.

- **A criação das designadas ‘escolas de verão’**. No final de (mais) um ano particularmente cansativo, alunos e professores precisam das férias, não para mais aulas (penalizantes para os alunos com maiores dificuldades), mas para recuperar forças e a sua saúde mental, através de atividades lúdicas e culturais – que podem ser promovidas por entidades públicas, incluindo autarquias, em cooperação com coletividades e associações –, e a que todos os alunos se possam associar de forma voluntária, em espaços de encontro e de convívio de que estiveram privados durante (longos) meses de confinamento.

- **O avultado financiamento público de um tal programa** [de tutoria às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática durante um ano e de criação de escolas de verão durante um mês], orçamentado em cerca de 700 Milhões de euros, não por discordar do investimento na Educação (que se encontra muito abaixo dos 6% do PIB, valor recomendado por múltiplas organizações internacionais), mas por considerar que o investimento público tem de servir para financiar um programa ambicioso visando a qualificação efetiva do sistema educativo e não para financiar soluções avulsas e de recurso, sem racionalidade em termos de custo/benefício.

- **A antecipação do início do ano letivo 2021/22** para os primeiros dias de setembro. Desde logo, porque é esse o período de que os professores dispõem para reunir e planificar o novo ano. Mas também porque a decisão do ME de passar para o mês de setembro a 2.ª fase dos exames nacionais cria grandes constrangimentos ao normal funcionamento das atividades letivas.

- **A fixação de um período de algumas semanas no início do ano letivo destinado à recuperação das aprendizagens**, ‘solução’ já avançada pelo ME para o início de 2020/21.

Quer porque, na prática, significa estender o ano em curso em prejuízo do próximo, quer porque representa uma medida de formato único, limitadora da autonomia das escolas e dos professores, a quem cabe encontrar os tempos e os espaços mais adequados ao seu contexto específico.

Em suma, um plano de recuperação das aprendizagens implica definir prioridades e alocar-lhes os recursos necessários. Se o Ministério da Educação quer mesmo recuperar de défices agravados pela pandemia, tem de criar as condições para a sua concretização. **Impõe-se, por isso e desde logo, que o ME clarifique se está disposto a fazer este investimento, passando das palavras à ação.**

Lisboa, 16 de abril de 2021

O Secretariado Nacional da FENPROF